

AS POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DO AGLOMERADO DE TURISMO DE SANTA TERESA/RJ

THE POTENTIAL OF THE TERRITORY FOR LOCAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF THE TOURISM
CLUSTER OF SANTA TERESA/RJ

LAS POTENCIALIDADES DEL TERRITORIO PARA EL DESARROLLO LOCAL: UN ANÁLISIS DEL
AGLOMERADO DE TURISMO DE SANTA TERESA/RJ

Rejane Prevot Nascimento

rejaneprevot@uol.com.br

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da UNIGRANRIO
Doutora em Engenharia de Produção – COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mestre em Engenharia de Produção - COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro
Graduada em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mancildo Moreira Filho

mancildo@globocom

Professor do Curso de Graduação em Administração da UNIGRANRIO
Mestre em Administração – UNIGRANRIO
Graduado em Matemática – Fundação Souza Marques

Data de Submissão: 22/11/2010

Data de Aprovação: 14/07/2012

RESUMO

Este artigo objetivou analisar o Polo de Turismo do Bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro, no que diz respeito à formação de um Aglomerado Produtivo de Empresas e de que forma os resultados obtidos por este aglomerado produzem impactos no desenvolvimento local daquele bairro. Além disto, buscou-se verificar a percepção dos moradores sobre as potencialidades do território para o desenvolvimento local. No referencial teórico que dá sustentação à análise são abordados os temas referentes à ideia de território como espaço de desenvolvimento local e o conceito de aglomerações produtivas. A metodologia utilizada na pesquisa englobou a utilização de pesquisa de campo, com coleta de dados por meio de observação direta e entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados os atores locais envolvidos com o aglomerado: empresários do aglomerado, moradores, representantes de associações do bairro e do poder público e das ONGs. A análise desenvolvida possibilitou a constatação de que, embora os atores locais identifiquem o papel do aglomerado e as potencialidades do território para o desenvolvimento local, alguns aspectos relacionados à atuação do aglomerado, tais como a cooperação entre os empresários, a integração dos diferentes atores do bairro e a busca por um desenvolvimento sustentável encontram-se em um grau muito incipiente, pouco incidindo sobre o desenvolvimento social e econômico do bairro.

PALAVRAS CHAVE: Território. Desenvolvimento Local. Aglomerados de Turismo.

ABSTRACT

This article analyzes the Tourism Cluster of Santa Teresa in Rio de Janeiro, considering the formation of a Productive Business Cluster, and how the results obtained by this cluster impact the local development

in that neighborhood. It also seeks to find out residents' views on the potential of the territory for local development. The theoretical framework that supports the analysis examines issues related to the idea of territory as a space for development and the concept of productive business clusters. The research methodology involved the use of field research, collecting data through direct observation and semi-structured interviews. We interviewed local actors involved in the cluster: business people belonging to the cluster, residents, representatives of neighborhood associations, public authorities and NGOs. The analysis led to the observation that although local stakeholders identify the role of the cluster and the potential for local development of the territory, some aspects related to the performance of the cluster, such as cooperation among businesses, the integration of different actors in the neighborhood, and the search for sustainable development, are still at a very incipient stage, and have had little effect on the social and economic development of the district.

KEY-WORDS: Territory. Local Development. Tourism clusters.

RESUMEN

Este artículo tuvo por objetivo analizar el Polo de Turismo del Barrio de Santa Teresa, en Río de Janeiro, en lo que respecta a la formación de un Aglomerado Productivo de Empresas y de qué forma los resultados obtenidos por este aglomerado producen impactos en el desarrollo local de aquel barrio. Asimismo, se buscó verificar la percepción de los habitantes sobre las potencialidades del territorio para el desarrollo local. En el referencial teórico que otorga sustentación al análisis, son abordados los temas referentes a la idea de territorio como espacio de desarrollo local y el concepto de aglomeraciones productivas. La metodología empleada en la investigación incluyó la utilización de investigación de campo, con recolección de datos por medio de observación directa y entrevistas semiestructuradas. Fueron entrevistados los actores locales involucrados con el aglomerado: empresarios del aglomerado, pobladores, representantes de asociaciones del barrio y del poder público y de las ONGs. El análisis desarrollado posibilitó la constatación de que, aun cuando los actores locales identifiquen el papel del aglomerado y las potencialidades del territorio para el desarrollo local, algunos aspectos relacionados a la actuación del aglomerado, tales como la cooperación entre los empresarios, la integración de los distintos actores del barrio y la búsqueda de un desarrollo sostenible, se encuentran en un grado muy incipiente, incidiendo poco sobre el desarrollo social y económico del barrio.

PALABRAS CLAVE: Territorio. Desarrollo Local. Aglomerados de Turismo.

1. INTRODUÇÃO

É possível observar, nos últimos dez anos, um crescente interesse sobre a temática dos aglomerados produtivos, sendo este tema objeto tanto de trabalhos acadêmicos que estudam a relação entre as empresas (ALBAGLI, 1999; CASSIOLATO; LASTRES, 2003), como alvo de ações governamentais direcionadas para o desenvolvimento econômico e social em regiões específicas. Algumas das análises sobre estas aglomerações têm destacado a importância dos aspectos relacionados à cultura, que emergem, notadamente, em empresas espacialmente concentradas, como no caso da Terceira Itália (GURISATTI, 2000). Wegner, Schmitt e Fossá (2004) afirmam, com base em alguns estudos sobre aglomerados, que a cultura constitui um fator-chave para o sucesso deste tipo de redes de cooperação, na medida em que se constitui como o alicerce para o estabelecimento das relações de cooperação, essenciais para a sobrevivência dos diferentes tipos de aglomerados de empresas.

Em vista disto, deve-se ressaltar o potencial de crescimento de aglomerados que enfatizam as características locais em detrimento da hegemonia global e que valorizam suas particularidades e especificidades culturais e regionais, ao contrário da absorção passiva de elementos de outras

culturas, que não raro se chocam com os hábitos e as tradições locais. Tal abordagem lança luz sobre a noção de território como espaço no qual se constroem culturas, valores, identidades e laços de cooperação, a qual se opõe à “alienação territorial” (SANTOS, 2000) decorrente do domínio da lógica das grandes corporações globalizadas:

Um outro dado de nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias às massas de que falavam Ortega Y Gasset na primeira metade do século (la rebelion de las massas, 1937) ganham uma nova qualidade em virtude de sua aglomeração exponencial e de sua diversificação. Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a biodiversidade (SANTOS, 2000, p. 21)

Sob esse ponto de vista, a noção de território é importante para a atuação em um aglomerado produtivo de empresas, já que a aglomeração se dá em um determinado espaço e os diversos atores envolvidos (empresários, associações, entidades de apoio e outros) se inserem, produzem e se reconhecem nesses territórios. É importante destacar a noção de território como um sistema de integração, o qual representa, desta forma, um poderoso meio de coordenação das atividades econômicas e fonte de identidade social (CORO, 1999).

Alguns autores enfatizam a noção de território para o desenvolvimento local, na medida em que esta noção integra os diferentes atores, práticas culturais, valores, características econômicas e sociais particulares a uma dada região. Segundo Dallabrida (2006), a concepção de território envolve não a propriedade da terra, mas a apropriação do espaço, “com seus atributos naturais e socialmente construídos, o qual é apropriado, ocupado, por um grupo social” (2006, p. 161).

A ideia de localidade, o “local”, pode ser compreendido como um recorte do território. Situado ante o global, local pode referir-se a uma dada localidade (cidade, bairro, rua), região ou nação, constituindo, em qualquer dos casos, um subespaço ou um subconjunto espacial e envolvendo algum modo de delimitação ou recorte territorial, o que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais. Usualmente, local tem sido identificado com a ideia de lugar. Dentro de uma acepção geográfica estrita, lugar pode ser definido como uma porção do espaço na qual as pessoas habitam conjuntamente, implicando, portanto, a ideia de co-presença. Lugar é associado à ideia de localidade como cenário físico da atividade social, com uma localização geográfica determinada (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

A partir deste recorte do território é possível identificar o objeto deste estudo, o Bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Santa Teresa é considerado um bairro histórico, por conter uma rica arquitetura que remonta ao período em que o bairro era habitado por famílias da elite carioca. A esta riqueza arquitetônica somam-se as belezas naturais, visto que o bairro está localizado nos morros entre o Centro da cidade do Rio de Janeiro e a Floresta da Tijuca, constituindo-se como uma fronteira entre estas duas regiões. Por estar localizado em alguns dos morros que circundam a cidade, o bairro possui uma das mais belas vistas do Centro e das Zonas Sul e Norte, além de ser uma das rotas que levam a um dos mais conhecidos cartões postais da cidade, o morro do Corcovado. Estas razões fazem com que o Bairro de Santa Teresa seja um destino frequente para turistas que visitam a cidade. Sua arquitetura e história atraem também para o bairro moradores ligados às artes plásticas e à música, escritores e artistas em geral, que por meio das associações de bairro buscam resguardar suas características peculiares: sua arquitetura, sua ligação com as artes e a música. A decadência econômica da região, que data das décadas de 60 e 70, propiciou uma maior mistura socioeconômica entre seus moradores, além do crescimento das comunidades pobres que se situam no local.

Em função de suas especificidades, Santa Teresa configura-se como um retrato das contradições sociais e econômicas ligadas à ideia de território: o conflito entre local x global, desenvolvimento econômico x deterioração de suas tradições, morro x asfalto. Neste contexto se insere o bairro objeto de estudo deste trabalho, e o Aglomerado de Turismo nele localizado e que ensejam algumas questões: quais os impactos do Aglomerado de Empresas de Turismo de Santa Teresa para o desenvolvimento local daquela região, na percepção dos atores locais? De que forma estes atores percebem as potencialidades propiciadas pela territorialidade, ou seja, o papel das características locais (artísticas, naturais, culturais) para o desenvolvimento?

O estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas do território, desenvolvimento local e aglomerados produtivos e de turismo, além de pesquisa documental e de

campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com os diferentes atores locais: empresários que fazem parte do Polo de Turismo, representantes das associações de moradores do bairro (AMAST – Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa; e CAMFAST - **Coligação das Associações de Moradores de Favelas de Santa Teresa** e a Associação dos Artistas Visuais de Santa Teresa - Chave-Mestra), além de representantes do Município e de órgãos públicos situados no bairro (região Administrativa e Museu Casa de Benjamim Constant).

Este artigo está organizado em cinco partes, além desta Introdução e das Considerações Finais. A seguir, serão apresentadas as abordagens teóricas sobre Território, Desenvolvimento Local e Aglomerados Produtivos. Na quarta parte serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no estudo e a seguir o Caso do Aglomerado de Turismo de Santa Teresa.

2. A NOÇÃO DE TERRITÓRIO COMO ALTERNATIVA AO PENSAMENTO GLOBALIZANTE

As transformações socioeconômicas relacionadas ao processo de internacionalização da economia mundial ocorrido no fim dos anos 70 exigiram novas estratégias de produção, distribuição, organização e formação de redes, que possibilitassem uma atuação global das empresas.

É a partir da organização dessas atividades produtivas pelas empresas que Dias (2006) procura dar precisão à definição de globalização como sendo o resultado de vários processos políticos e econômicos, qualificado como uma nova forma de organização e de condução da sociedade humana, que se desenvolve em escala global. Neste sentido, a globalização é compreendida como um esforço de massificação de características sociais e culturais, que se sobrepõem às particularidades regionais e locais, com o objetivo de possibilitar uma maior abrangência dos produtos e mercados em escala global. Em síntese, o movimento de globalização caracteriza-se pelo esforço de consolidação de um mercado global, interligado virtualmente, e que dessa forma transpõe espaços e territórios. Esta integração dos mercados pressupõe uma padronização dos valores culturais, tornando-os globais, o que destrói as tradições e os valores locais, subordinando os sistemas locais aos sistemas globais (CASTELLS, 2000).

Neste sentido, o espaço geográfico local adquire nova importância, pois é a partir dele que se constituem as formas de enfrentamento da competição global. Percebe-se, nesse contexto, que questões ligadas a espaço e a território são relevantes no processo de globalização, economia e aquisição de vantagem competitiva das organizações. No entanto, quando se trata da globalização atual, o local é o principal foco de resistência a esse processo de homogeneização (DIAS, 2006). Coró (1999, p. 168), reportando-se a Rullani (1995), assevera que “o território torna-se propriamente uma ‘força produtiva’ que alimenta a capacidade de cada empresa, diante dos desafios competitivos da globalização”.

A concepção de território surge a partir dos estudos desenvolvidos no campo da Geografia Política e compreende um espaço social apropriado por um grupo com o qual mantém identidade (DALLABRIDA, 2006). De acordo com o autor:

O conceito de território refere-se a uma fração do espaço historicamente construída através das interrelações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos. (DALLABRIDA, 2009, p.161).

Segundo Santos (2006), no contexto da globalização o território torna-se o espaço onde se definem os embates entre os diferentes atores sociais e econômicos. Isto ocorre porque a eficácia das ações econômicas está ligada ao espaço onde estas são concretizadas: “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (SANTOS, 2006, p.79). Como assinala o autor, o território passa a ser, desta forma, um espaço fragmentado, posto que os diferentes atores (ou empresas hegemônicas) que nele atuam (e conflitam) buscam atender objetivos individuais, muitas vezes impossibilitando a regulação desta ação pelos poderes públicos. Tal fragmentação pode levar à deterioração da solidariedade e da cooperação características de grupos sociais que compartilham as mesmas vivências e tradições.

Neste sentido importante destacar o que enfatizam Cassiolato e Lastres (2003) sobre o resgate do interesse pela dimensão espacial, a fim de entender as razões que levam o surgimento de

conglomerados de Micro e Pequenas Empresas (MPE) eficientes e competitivas em determinadas áreas. Partindo do pressuposto de que os sistemas de produção passam por grandes mudanças, esses autores assim argumentam:

O foco de análise deixa de centrar-se exclusivamente na empresa individual, e passa a incidir sobre as relações entre as empresas e entre estas e as demais instituições dentro de um espaço geograficamente definido, assim como a privilegiar o entendimento das características do ambiente onde estas se inserem. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 106).

Esta concepção reforça a noção de território como o local a ser “apropriado” pelos atores sociais, a fim de reforçarem suas identidades locais e resgatarem modelos de desenvolvimento adequados à realidade local. Decerto, é o local que permite a união. Esse lugar é a própria configuração territorial, da mesma forma que é a norma, a organização e os regimes a eles dirigidos, “é o fruto de uma solidariedade regulada e organizacional” (SANTOS, 2002, p. 20). Significa dizer que o local se apresenta como possibilidade de construção de um novo marco de regulação do mercado e da medição social: processo de democratização real do acesso aos meios de produção e à propriedade e à ampliação da distribuição de renda (SPERANZA, 2005, p.27). Assim, o território, espaço delimitado e definido por relações jurídicas, também está sempre ligado à ideia de domínio coletivo, a uma teia de relações políticas e culturais. Em síntese, o território desempenha um papel preponderante para os aglomerados, como um poderoso sistema que permite a coordenação das atividades econômicas e como fonte de identidade social (CORO, 1999).

Com base nestes pressupostos é possível considerar que a compreensão da concepção de território como espaço político, social e econômico, e não apenas como um limite geográfico, é fundamental para a implementação de políticas de desenvolvimento local. Os modelos produtivos ditos flexíveis, surgidos após a experiência da região da Terceira Itália no pós-guerra, tais como os Aglomerados Produtivos, *Clusters*, dentre outros, e vistos como formas possíveis de viabilizar o desenvolvimento local alternativo à hegemonia global, têm como característica essencial para sua realização a localidade, a reunião de empresas e/ou as cadeias produtivas em um mesmo espaço territorial. Assim, como aponta Fernández e Dallabrida (2010), a emergência da discussão sobre os conceitos de aglomerados produtivos e *clusters*, sobretudo com os estudos de Piore & Sabel na década de 80, apresentam o território como o centro no qual se encontram as vantagens para a competitividade das empresas inseridas nestes aglomerados. Esta concepção, denominada como “Novo Regionalismo”, identifica no território condições para a obtenção de economias de escala na medida em que podem desenvolver um sistema de relações de cooperação/interação interempresarial e interinstitucional, possibilitando ainda maior flexibilidade produtiva e da divisão social do trabalho. A articulação entre as vantagens da territorialidade e o desenvolvimento local, central para a análise do objeto deste estudo, será tratada na seção a seguir.

3. O TERRITÓRIO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

As primeiras experiências sobre desenvolvimento local no Brasil ocorreram na década de 90, assim como os primeiros estudos que tinham esta temática como foco (COELHO, 2001). Neste período, as experiências de desenvolvimento local concentravam-se em três tipos principais: 1) numa modernização nas formas de atuação no planejamento urbanístico ou político-administrativo; 2) na promoção de ações locais de geração de trabalho e renda e 3) na constituição de pactos territoriais e de redes de desenvolvimento econômico local (COELHO, 2001, p. 57).

Para o autor, o último tipo de ação era o mais próximo da definição de desenvolvimento local, uma vez que reunia algumas características associadas à existência deste tipo de desenvolvimento, tais como a presença de redes econômicas e de cadeias de produção integradas vertical e horizontalmente, parcerias público/privadas, proximidade territorial dos diferentes atores, aparato institucionalizado de gestão da cooperação e da integração.

Esta visão do crescimento econômico alicerçado e acompanhado pelo desenvolvimento social sustentável das comunidades contraria a visão predominante no século XX sobre desenvolvimento econômico como resultado de políticas econômicas geradas no nível estatal. Esta concepção associava o desenvolvimento ao crescimento econômico, ao acesso a bens materiais, relegando a um plano inferior o acesso à qualidade de vida, à educação e à sustentabilidade social e ambiental. Ao final do

último século, em consequência do fracasso políticas de desenvolvimento com foco no crescimento econômico, novas concepções sobre desenvolvimento propõem que este resulta da integração e articulação de diferentes atores sociais, relacionando-os ainda com a dimensão territorial. Como assinalam Macke et al. (2012, p. 36), “O desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado”. Knopp (2008, p. 12) esclarece que desenvolvimento é diferente de crescimento econômico, conforme mencionado anteriormente, portanto, para este autor, o desenvolvimento consiste:

[...] na melhoria das condições de vida de uma dada sociedade, na ampliação do horizonte de possibilidades para uma sociedade e no seu enriquecimento cultural; de que projetos de desenvolvimento devem estar assentados nas especificidades econômicas e socioculturais das localidades; de que cultura é tanto o universo das artes e da literatura, quanto às manifestações sociais que exprimem a identidade de um povo.

A relevância da dimensão territorial é destacada por Boisier (2006, p. 70) na sua definição de desenvolvimento local:

Caracteriza-se este processo (de desenvolvimento local) pelo seu caráter endógeno (autonomia, reinvestimento, inovação, identidade), pelo papel dos recursos, em especial aqueles não materiais do lugar, pelos agentes e suas relações, tanto diretas quanto mediadas, pela escala e funcionalidade das organizações, pela cultura local, cujo produto é uma *sinergia* que causa um progresso sistemático do território (até atingir a condição de sujeito coletivo), do tecido social (até atingir a condição de comunidade imaginada) e de cada um dos seres humanos que o habita (até atingir a condição de pessoa).

De acordo com a interpretação de Silveira, Bocayuva e Zapata (2001 *apud* MACKE et al., 2012, p. 37), o desenvolvimento local está baseado no desenvolvimento de quatro dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental, que evoluem articuladamente com vistas a alcançar o desenvolvimento humano. De acordo com esta concepção, as soluções para os problemas locais emergem do local, não da aplicação de modelos globais. Uma importante definição sobre o que representa o termo desenvolvimento a partir desta ótica é obtida no artigo de Bielschowsky (2000), em sua coletânea de textos sobre os cinquenta anos de pensamento na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Para este autor, o desenvolvimento local converte-se num caminho que cada sociedade nacional deve eleger, baseando-se em seus valores e não num modelo que lhe seja imposto.

Tal ideia contrapõe-se radicalmente às noções de desenvolvimento alicerçadas na vinculação deste a algum tipo de evolução de cunho principalmente (quando não exclusivamente) econômico. Deve-se considerar que a aplicação de modelos baseados em organizações e países mais avançados pode ocasionar distorções na definição de políticas de desenvolvimento e na compreensão da realidade de países menos desenvolvidos. Cada caso deve ser entendido em suas particularidades, suas especificidades, suas estratégias e modo de desenvolvimento, e não existe um modelo imperativo a ser seguido. Sobre este aspecto, Speranza (2005, p. 7) afirma que:

[...] tem-se o desenvolvimento como melhoria da qualidade de vida das pessoas com ênfase no combate a pobreza e à desigualdade social, somando à promoção da participação social e cidadania dos indivíduos. Essa interpretação, por sua vez, é constituinte do que a expressão **desenvolvimento local** tem pregado como oposição ao padrão de desenvolvimento vigente. Soma-se ainda que a expressão desenvolvimento local procura enfatizar uma compreensão para muito além de apenas o estudo da dimensão econômica dos processos sociais, incorporando dimensões éticas, humanas e ecológicas das relações sociais

A respeito da relação entre o território, a identidade e o desenvolvimento local, essa autora destaca que o território não deve ser entendido como um simples espaço físico, ele é, na verdade, uma construção social que é condicionada e condicionadora a partir das ações dos seus sujeitos e comunidades. A identidade representa o passado, o presente e o projeto numa realidade interiorizada pelos membros da sociedade, ou seja, diz o que é. Assim, o desenvolvimento local sustenta-se em um processo que deve conservar as raízes, mas ao mesmo tempo, ter a capacidade de inovar, de criar o novo. A identidade local se fundamenta sobre seus principais alicerces, história e território.

As concepções anteriormente apresentadas sobre desenvolvimento local ressaltam a importância dos aspectos ligados à cultura, às representações artísticas, às relações sociais, aspectos estes que emergem da concentração espacial de um grupo social, o qual compartilha símbolos, valores,

histórias, tradições, práticas e manifestações socioculturais. Estes aspectos, que podem ser compreendidos como o capital social de um grupo, são apontados por alguns autores (MACKE et al., 2006; FRANCO, 2002) como elementos que possibilitam a cooperação entre os membros de um grupo social. De acordo com a estratégia de desenvolvimento com base no capital humano e no capital social, uma metodologia voltada para o desenvolvimento local deve contemplar, basicamente, os seguintes passos:

Primeiro, cada localidade faz um diagnóstico participativo para conhecer sua realidade, identificando seus problemas e descobrindo suas vocações e potencialidades. Segundo, a partir deste diagnóstico, é feito, também de modo participativo, um plano de desenvolvimento. Terceiro, com base nesse plano, é extraída uma agenda com ações prioritárias que deverão ser executadas por vários parceiros, como: governo federal, governo estadual, prefeitura, organizações da sociedade civil e comunidade local. Quarto, esse conjunto de elementos deve ser organizado por um fórum democrático, formado por lideranças locais. Quinto, essas lideranças locais participam de um processo de capacitação para a gestão local do seu processo de desenvolvimento. (FRANCO, 2002, p. 97).

Nessa perspectiva, “[...] o desenvolvimento local como pressupõe uma cidade integradora requer a produção organizada ao longo de todo o território capaz de incluir todos os indivíduos da localidade em um regime de acumulação que combine inovadoramente cooperação e competição” (COCCO; GALVÃO; SILVA, 1999, p. 31).

Dallabrida (2006) define o termo “dimensão territorial do desenvolvimento” para designar o conjunto de ações estruturadas por atores e/ou agentes institucionais, organizacionais ou governamentais numa dada localidade, com vistas a promover o desenvolvimento em uma sociedade que possui uma mesma identidade histórica e territorial. Para o autor, a utilização desta expressão justifica-se na premissa de que existe uma relação dialética entre desenvolvimento e território. O desenvolvimento de um território, de acordo com esta visão, estaria condicionado às opções feitas e ao tipo de ações empreendidas (passiva ou ativa) pelos atores locais frente ao processo de globalização, ações estas que podem gerar ganhos para o local ou que podem prejudicá-lo: “Desse processo dialético global-local, de ação-reação, cujas intenções são projetadas pela dimensão global, mas acontecem no território, resultam as diferenciações ou desigualdades territoriais” (DALLABRIDA, 2006, p. 79).

O mesmo autor, em outros trabalhos (DALLABRIDA, 2010; FERNÁNDEZ Y DALLABRIDA, 2010), questiona a pertinência da visão de desenvolvimento local definida como “Novo Regionalismo”, com base na abordagem de alguns autores que consideram esta visão um “modismo” representado pelo “localismo exagerado”, dado o enfoque exacerbado nos microprocessos e microdecisões na gestão territorial. Referenciando o trabalho de Brandão (2007, *apud* DALLABRIDA, 2010, p. 170), o autor assinala que a concepção de desenvolvimento local difundida nos últimos anos nega “a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional”, destacando a necessidade de estruturas de governança e regulação dos territórios nos processos de desenvolvimento local. Ainda, de acordo com Dallabrida (2010), deve-se considerar as diferentes escalas de poder (local, regional, nacional) na concepção de desenvolvimento local, posto que o espaço onde o desenvolvimento ocorre não deixa de ser um espaço social povoado por conflitos entre os diferentes atores e instituições, conflitos estes que precisam de uma gestão baseada em processos democráticos, em especial com a cooperação público-privada.

Para finalizar esta discussão sobre o papel do território no desenvolvimento local, é interessante abordar a questão do papel da atividade turística para o desenvolvimento. O turismo é uma atividade que possui vínculo direto com os elementos de identificação territorial anteriormente apontados, sobretudo o tipo de turismo associado à apreciação cultural, como é o caso do bairro objeto de estudo deste trabalho. Os aspectos relacionados à cultura local, à arquitetura e urbanismo, ao patrimônio histórico e ecológico, aos valores e às tradições locais, que formam a identidade de um espaço territorial, constituem fatores de atração para esta atividade. Mecke et al. (2012) e Santos e Teixeira (2009) abordam a recente valorização da atividade turística como estratégia para o desenvolvimento local, tanto em países centrais como em países periféricos. Este foco estratégico na atividade turística culminou com a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local governamentais que contemplam a atividade turística como central para a promoção do desenvolvimento, assim como o envolvimento da Organização Mundial do Turismo (OMT) na elaboração de planos estratégicos de turismo com foco no desenvolvimento local.

Não obstante, e corroborando a visão de Dallabrida (2010), é importante considerar as conclusões do trabalho de Holanda e Vieira (2003) sobre o turismo na cidade de Recife. Para os autores, apesar do discurso empresarial e governamental sobre a promoção do desenvolvimento local por meio da atividade turística, não se observa uma articulação entre atores públicos e privados que possibilitem a interação necessária para a obtenção de um desenvolvimento social, local e sustentável. A atividade turística em si, realizada na forma de ações empresariais desarticuladas e sem a governança de atores sociais e públicos, pode se transformar em uma forma de depredação das características sociais, culturais e ambientais locais. Para Holanda e Vieira (2003), a relação entre turismo e desenvolvimento local ainda foi muito pouco estudada empiricamente para que se conclua sobre sua efetividade. Na seção a seguir, serão abordados os aglomerados produtivos, outro conceito recente que é tratado como uma das vias possíveis para o desenvolvimento local, e cuja estruturação serve de modelo para o Polo de empresas analisado neste estudo.

4. AGLOMERADOS PRODUTIVOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os estudos sobre aglomerados produtivos surgem, em um primeiro momento, na década de 70, tendo como foco os Distritos Industriais na região da Terceira Itália surgidos no pós-guerra. Estes Distritos apresentavam uma forma de reorganização produtiva alternativa ao modelo de produção em massa, ainda um paradigma nas formas de produção capitalista ocidental. Em função do crescimento econômico e social observado nos Distritos Industriais, o modelo de produção utilizado naquela região passa a ser também associado a um tipo de desenvolvimento que contempla não apenas o crescimento econômico, mas também os aspectos ligados ao capital social e à valorização das características culturais locais.

As aglomerações envolvem algum tipo de especialização produtiva da região em que se localizam. Esta especialização pode assumir um caráter horizontal (envolvendo empresas de um mesmo segmento, ou seja, que realizam atividades similares) ou vertical (envolvendo empresas que desenvolvem atividades complementares em diferentes estágios da cadeia produtiva). Distritos industriais, *clusters*, polos, arranjos produtivos locais e sistemas produtivos locais, redes de empresas, embora apresentem conceitos teóricos distintos, possuem características semelhantes com relação ao desenvolvimento local.

No que se refere à participação das empresas em aglomeração geográfica, Cassiolato e Lastres (2003) sintetizam que, inicialmente, elas podem se aglomerar geograficamente por especialização local em atividades de uma mesma base técnica. Tais aglomerações podem evoluir em direção a arranjos e sistemas produtivos locais de duas formas básicas: 1) Aprofundando a especialização da produção, com as empresas e as organizações locais, reestruturando-se, porém mantendo a mesma organização de produção e padrão (*upgrading* da produção) ou 2) Diversificando em produtos (diferenciação), com empresas e organizações locais, reorganizando a produção. É nesta forma que políticas públicas e privadas podem exercer um papel decisivo na dinamização das aglomerações e na sua transformação em efetivos sistemas produtivos.

Na visão de La Rovere (2003, p. 299), "as empresas aglomeradas num sistema produtivo local têm ganhos de eficiência coletiva, a qual pode ser classificada como ativa ou passiva". A eficiência coletiva passiva se origina das vantagens resultantes da aglomeração espacial, enquanto que a eficiência coletiva ativa resulta da procura das empresas por soluções para seus problemas competitivos por meio de cooperação de outras pequenas e médias empresas.

Uma das maneiras de empresas competirem em um mercado globalizado é se estabelecerem em *clusters* (aglomerados). Schmitz e Nadvi (1999) definem *cluster* como uma concentração setorial e espacial de empresas integradas com ênfase em fatores locais de competição e participação em mercados globalizados.

Para Olave e Amato Neto (2005, p. 86), o desenvolvimento de *clusters* eficientes é indispensável para as economias emergentes de uma forma geral, pois, "além de concorrer no mercado mundial com mão-de-obra mais barata e recursos naturais próprios, poderiam passar para um estágio mais avançado, concorrendo com empresas em países desenvolvidos".

Neste sentido, modelos de aglomerados produtivos de turismo se apresentam como uma forma de organizar a produção local, articulando com os diversos atores locais (resultando em interação,

cooperação e aprendizagem) e gerando conhecimento. Surgem como alternativa para proporcionar o desenvolvimento socioeconômico local.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem utilizada no trabalho caracteriza-se como qualitativa. A fim de se obter respostas à questão de pesquisa proposta, optou-se pela realização de um estudo de caso, com base em uma pesquisa bibliográfica sobre os temas em estudo, complementada por uma pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi feita por meio de observação direta e entrevistas. A partir da utilização destes instrumentos objetivou-se conhecer os impactos que o aglomerado de empresas de turismo de Santa Teresa produz no desenvolvimento daquela região, assim como a percepção dos atores locais sobre as potencialidades do território para o desenvolvimento local.

“Toda pesquisa de campo parte da construção de um modelo da realidade. A partir desta realidade, podemos determinar as formas de observá-las”. (MATAR, 2008, p. 168). Nesta perspectiva, este tipo de pesquisa teve como objetivo promover uma investigação no local onde ocorre o fato na sua situação natural (VERGARA, 2006). Sob este aspecto, esta pesquisa valeu-se principalmente da observação dos sujeitos de pesquisa envolvidos no Aglomerado Produtivo de Empresas de Turismo de Santa Teresa.

A observação direta tem como objetivo obter informações *in loco* utilizando os sentidos na tentativa de captar determinados aspectos da realidade (MARCONI; LAKATOS, 2007). É utilizada quando é preciso verificar as forças atuantes no ambiente em que se desenvolve o objeto de estudo.

Considerando a profundidade e o detalhamento do objeto de estudo, esta pesquisa também se caracteriza como um estudo de caso. Segundo Yin (2001, p.32) o estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Além disso, o Estudo de Caso tem como vantagem focalizar acontecimentos recorrentes sem que se necessite a aplicação de controle sobre eventos comportamentais, isso porque se pode utilizar, entre outras técnicas, a observação (YIN, 2001).

Os sujeitos da pesquisa são os indivíduos que serão entrevistados ou observados fornecendo os dados de que se necessita (VERGARA, 2006). No caso específico deste trabalho, os sujeitos da pesquisa podem ser identificados como os atores locais que estão diretamente envolvidos com o Aglomerado de Empresas de Turismo de Santa Teresa: os proprietários de empresas do Aglomerado: restaurantes, bares, agências operadoras de turismo, pousadas e hotéis; artistas e proprietários de ateliês; representantes das ONGs e associações de moradores (asfalto e favela) do Bairro de Santa Teresa; atores do poder público do Município do Rio de Janeiro, bem como moradores do bairro.

Flick (2004) sustenta que a interpretação dos dados coletados é o ponto fundamental para a tomada de decisões sobre quais dados ou casos serão os próximos a serem incorporados na análise. Quando não houver mais o surgimento de dado novo ou relevante à pesquisa, é o momento de interromper a amostragem do grupo em estudo, pois se atingiu a saturação teórica da categoria.

Para atender a estes pressupostos, os sujeitos foram agrupados em três grupos amostrais. O primeiro grupo foi constituído pelos atores – empresários – ligados ao comércio e à prestação de serviços do Aglomerado de Empresas de Turismo de Santa Teresa. O segundo grupo amostral foi constituído pelas instituições públicas atuantes no local, como a **23ª Região Administrativa** – órgão de mediação entre a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e a população local –, a Secretaria Municipal de Turismo e o Museu Casa de Benjamin Constant. O terceiro grupo amostral foi composto pelos atores ligados à Associação de Moradores de Santa Teresa, ao **Centro das Associações de Moradores de Favelas de Santa Teresa (CAMFAST)**, moradores locais, artistas plásticos e ONGs.

Após coletados os dados por meio de entrevistas, teve início a análise destes dados em que foram empregadas técnicas de análise de conteúdo, que consiste em um método de tratamento das informações obtidas, buscando torná-las compatíveis na construção da teoria a partir do significado e das explicações que os entrevistados atribuíram aos eventos pesquisados. Como salienta Vergara (2006, p.15), a análise de conteúdo é uma técnica utilizada para o tratamento de dados que tem como objetivo identificar o que “está sendo dito a respeito de determinado tema”.

6. O CASO DO AGLOMERADO DE TURISMO DE SANTA TERESA

O Bairro de Santa Teresa nasceu nos arredores de um convento no Morro do Desterro, no Rio de Janeiro, no século XVIII. Seu nome tem como origem a invocação da sublime mística e reformadora do convento de freiras carmelitas, Santa Teresa de Jesus. No século XIX, com a chegada das missões estrangeiras que acompanharam Dom João VI, os ricos e poderosos escolheram o morro para viver: a vista era linda, a água, de melhor qualidade, e o clima, mais ameno. No final do século, o bairro já estava completamente povoado por casarões nobres. A ocupação era predominantemente europeia. No começo do século XX, com o burburinho dos visitantes, a maioria artistas que vinham se apresentar no Municipal, muitas mansões passaram a abrigar hotéis de luxo, como o velho Hotel Santa Teresa. Ao longo dos anos 60 e 70, contudo, com a decadência econômica da elite carioca, o bairro começou a sofrer com a degradação de seu casario, problemas de infraestrutura, agravados pela sua localização nas encostas da cidade e a favelização.

Santa Teresa é um bairro da Região Central do Rio de Janeiro, pertencente a 23ª Região Administrativa, além de ser ponto de referência cultural da cidade, está situado no centro da área mais urbanizada e desenvolvida do Rio de Janeiro, ocupando uma área de 5,70 Km², com 17 favelas em seu entorno. Santa Teresa possui ainda 27% de área não urbana, considerada Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC).

O bairro de Santa Teresa é apontado como um dos bairros mais desiguais da cidade. Nele se vive hoje o resultado de um abismo entre uma população trabalhadora com poder aquisitivo alto, uma população trabalhadora com baixíssimo poder aquisitivo e uma população marginal. Corroborando tal afirmação, o Portal Geo Rio apresenta o Índice de Gini de 0,56 para este bairro. Esse indicador mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (PORTAL GEO RIO, 2008).

Ao final da década de 90 e, sobretudo, nos anos 2000, o bairro verificou o crescimento das atividades de lazer e o surgimento de empreendimentos voltados para a cultura e a gastronomia, que trouxeram significativa revitalização para o bairro. A abertura de bares e restaurantes no eixo central do bairro, conhecido como o "Largo dos Guimarães", e o passeio pelo bondinho se tornaram atrativos para moradores e não moradores da cidade. Em decorrência desta revitalização espontânea, em 2006, a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro criou, por meio de decreto municipal, o Polo Gastronômico, Cultural e Turístico da Santa Teresa. Em razão deste Decreto Municipal, a Prefeitura propôs incentivar a promoção do local mediante apoio dos órgãos envolvidos, visando preservar o livre trânsito de veículos e transeuntes, o ordenamento público, a harmonia estética, a sinalização indicativa dos estabelecimentos participantes e a repressão ao comércio ambulante irregular. Este polo abrange empreendimentos tais como restaurantes, bares, lojas de artesanato, ateliês de pintura e pousadas situadas na região.

Santa Teresa possui oito museus e centros culturais públicos e um dos eventos mais conhecidos de Santa Teresa é o Arte de Portas Abertas, que já está em sua 18ª edição. Este evento teve início quando 17 ateliês abriram suas portas em meados da década de 1990. Atualmente Santa Teresa tem 80 ateliês e é considerado um bairro ideal para intelectuais e artistas, pois parece ter parado no tempo, mantendo há dezenas de anos o aspecto do Rio de Janeiro antigo. Além da vocação artística e cultural, o bairro vem se consolidando também como um polo gastronômico do Rio de Janeiro, principalmente ao redor do já mencionado Largo dos Guimarães, onde se situam mais de 30 bares e restaurantes.

Em sua análise sobre a identidade local do bairro, Peixoto (2008) associa a formação desta identidade ao patrimônio histórico e cultural encontrado em Santa Teresa, que remonta ao passado do bairro como local onde a arte, a arquitetura e as tradições eram cultivadas. Estes valores, segundo o autor, permanecem na memória do bairro, constituindo dessa forma uma identidade comum a seus moradores. A perspectiva deste autor reforça a visão de Santa Teresa como bairro identificado com intelectuais e artistas de todos os segmentos. Esta vocação para o fomento às artes em geral tornou o bairro um polo de atração turística, o que acaba por gerar contradições na forma de exploração mercantilizada dos atrativos culturais locais, podendo levar a sua deterioração (PEIXOTO, 2008).

Santa Teresa prima pela sua originalidade e história, constituindo parte do patrimônio histórico cultural do Rio de Janeiro. Conforme o relato dos entrevistados, o bairro apresenta como pontos positivos o aconchego e o sossego.

Como a pesquisa abrangeu diferentes variáveis que não serão abordadas neste artigo, optou-se por um recorte na apresentação dos dados que privilegia os aspectos enfocados nas entrevistas que possuem relação com os elementos relacionados ao desenvolvimento local e ao papel do território. Assim, a apresentação dos dados está organizada de acordo com as seguintes temáticas: vocação turística do bairro, impactos do aglomerado produtivo, problemas verificados no bairro, articulação entre os atores locais e potencialidades do território para o desenvolvimento.

Alguns aspectos importantes devem ser relevados no intuito de avaliar o potencial turístico de Santa Teresa. De acordo com as entrevistas, o bairro precisa de melhorias significativas no que tange à segurança e ao transporte, o que repercute diretamente sobre o enfoque turístico do local.

Observou-se, a partir das entrevistas, que a vocação turística do bairro não é um consenso entre seus moradores. O representante da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (AMAST), além de alguns moradores entrevistados, considera que a atividade turística é responsável por causar uma série de problemas relacionados à segurança, posto que o maior volume de turistas no local, sobretudo estrangeiros, acaba se tornando o atrativo também para roubos e outros tipos de ações violentas no local. Estes entrevistados também apontam o turismo como um fator agravante para o problema de transporte e infraestrutura do local, visto que os eventos, tais como Santa Teresa de Portas Abertas, blocos carnavalescos, entre outros, são realizados sem que haja um aparato de segurança, ordenamento do trânsito, limpeza urbana adequados, causando transtornos aos moradores da região. Na mesma linha, há uma preocupação do representante da AMAST em relação à preservação do patrimônio histórico, já que em sua opinião algumas reformas realizadas no casario do bairro, transformando-os em hotéis ou restaurantes, não respeitam o projeto arquitetônico original, descaracterizando dessa forma a identidade histórica de Santa Teresa.

Por outro lado, mais da metade dos entrevistados relataram que a promoção da atividade turística no bairro trouxe melhorias significativas de infraestrutura e do comércio. Desta forma, os próprios moradores afirmam se beneficiar do desenvolvimento do turismo do local. A venda de artigos de artesanato e as apresentações de artistas de rua são outros chamarizes importantes na visão dos entrevistados.

De acordo com o representante da XXIII Região Administrativa de Santa Teresa, a importância do Aglomerado Produtivo de Empresas de Turismo para Santa Teresa é de divulgar o bairro como uma referência turística e, assim, permitir que este órgão do governo pleiteie de forma mais efetiva melhorias para o local para atender às necessidades da população, maximizando o potencial turístico do local. O turismo, de acordo com entrevistado, ainda se encontra mal gerido em Santa Teresa.

De um modo geral, no que tange ao papel do Aglomerado Produtivo de Empresas para o desenvolvimento local, a percepção da maioria dos entrevistados é a de que o Aglomerado é responsável por criar mais oportunidades de crescimento econômico ao local. Os entrevistados associam a atuação do Aglomerado, sobretudo, à geração de renda para a população local por meio da oferta de empregos e, neste sentido, como uma forma de oferecer a melhoria da qualidade de vida e diminuir a exclusão social.

Na percepção de um morador das comunidades que foi entrevistado, o aglomerado contribui para o desenvolvimento do bairro "porque no momento em que procura se desenvolver as coisas para dar uma estrutura melhor para os visitantes, acaba dando uma estrutura melhor para os moradores". Todavia, na visão do representante do Cama e Café, empreendimento que agrega e coordena uma rede de casas da região que aluga quartos para turistas, o aglomerado de empresas de turismo "não contribui apenas gerando empregos e renda para a comunidade mas valorizando a identidade da comunidade, sua autoestima e o respeito ao próximo".

Dentre os maiores problemas de Santa Teresa levantados espontaneamente pelos entrevistados, os meios de transportes (bondes, ônibus, transportes alternativos) correspondem ao item mais recorrente. Tal situação foi agravada após a paralisação do serviço de bondes que atendia ao bairro, após o acidente ocorrido em 2011 que vitimou 5 pessoas. Segurança, iluminação pública, ruas estreitas, favelização, tráfico de drogas e saúde, preços exorbitantes cobrados pelo comércio,

diferença social, especulação imobiliária, poluição sonora e abandono do bairro pelo poder público foram outros itens apontados.

No que se refere à articulação do Aglomerado de Empresas com outros atores do bairro, a maioria dos moradores e dos representantes das associações entrevistados, apesar de perceberem a existência do aglomerado e sua atuação, não identificam um diálogo entre os atores do aglomerado e os moradores ou o poder público. Dentre as respostas obtidas, algumas merecem destaque. Uma das moradoras é enfática: “não existe diálogo com a comunidade”. Outro morador entrevistado acredita que “um diálogo realmente não acontece, o que acontece é uma pequena divulgação, porém existem alguns projetos ótimos [...]”. Outro morador assim descreve a relação entre os diferentes atores: “Eu não vejo uma única coisa que se organiza, mas eu vejo várias forças atuando”.

Em contrapartida, a maioria dos entrevistados verifica uma mobilização dos moradores para buscar soluções para os problemas do bairro anteriormente apontados. Para alguns dos entrevistados, esta característica reivindicatória dos moradores do bairro revela um forte laço de união entre os moradores. Um dos exemplos desta articulação entre os próprios moradores é verificado na mobilização que vem ocorrendo em 2012 em defesa dos trabalhadores da empresa de bondes responsabilizados pelo acidente de 2011. Além desta mobilização, algumas outras manifestações foram organizadas no sentido de reivindicar o retorno do serviço de bondes, mas com propostas de reestruturação do serviço apresentadas pelos moradores, liderados pela AMAST. Mobilizações semelhantes são observadas em relação à segurança do bairro. Um dos entrevistados, morador de uma comunidade, afirmou que a mobilização em torno destas questões leva a uma maior união entre os moradores “do asfalto” e das favelas. Estes relatos revelam que a participação do aglomerado em torno das questões locais de infraestrutura ainda é muito incipiente, não se verificando uma interação entre os moradores e os empresários locais, mas que, no entanto, há um permanente diálogo entre os moradores em torno das questões locais.

Uma questão relevante para a pesquisa referia-se à percepção dos atores em relação ao termo desenvolvimento. Para a metade dos entrevistados, desenvolvimento significa crescimento em suas várias perspectivas. Segundo um dos moradores entrevistados, desenvolvimento “é uma forma de crescimento uniforme, uma coisa não só isolada, entendeu? Seria de toda comunidade”. Sob o ponto de vista de uma moradora da comunidade: “pra mim, desenvolvimento é crescimento. Por exemplo, se um bairro está se desenvolvendo é porque está crescendo, se aperfeiçoando cada vez mais”. Outra moradora define desenvolvimento da seguinte maneira: “É uma forma de crescimento não destrutível de forma que traga benefícios para a comunidade”.

No entanto um morador é mais contundente em sua definição: “desenvolvimento é tudo aquilo que oferece um crescimento para o local, seja com projetos sociais, turismo ou com o comércio, fazendo com que a economia do local cresça”. Outros entrevistados entendem desenvolvimento como melhoria da qualidade de vida, serviços e produtos, segurança, projetos e lucro.

Observa-se que, ainda que haja uma frequente associação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico, percebe-se na definição de alguns dos entrevistados uma percepção do desenvolvimento como a geração de melhorias de âmbito global para a localidade, não apenas na dimensão econômica, mas também nas dimensões sociais e culturais. Além disso, como definiu um dos moradores, desenvolvimento não significaria algo isolado, mas sim algo que abrange toda a comunidade da região.

Foi solicitado aos entrevistados que indicassem, na sua opinião, quais seriam as potencialidades do bairro de Santa Teresa que contribuíssem para o desenvolvimento local. O turismo foi o aspecto mais lembrado pelos entrevistados, seguido das características naturais do bairro e da cultura local. Outros elementos apontados foram a beleza dos casarios, o patrimônio histórico e os museus como potencialidades do bairro. Pode-se entender como características culturais do bairro os itens cultura local, patrimônio histórico e museus, o que denota a importância dada aos aspectos ligados à cultura do bairro pelos atores entrevistados.

Os entrevistados também apontam a identidade dos moradores com o ambiente artístico, a receptividade às culturas diferentes (representadas pelos turistas estrangeiros que visitam o local e se hospedam em quartos alugados nas casas da região), a tranquilidade e o “charme”, sua arquitetura “ecletica”, a aproximação entre o “morro” e o “asfalto”, o que propicia um convívio entre indivíduos de diferentes classes sociais. No entanto é possível identificar na fala de vários entrevistados o

tema da exclusão social, sobretudo relacionada à falta de acesso dos moradores das comunidades aos eventos artísticos e aos restaurantes do bairro.

Observa-se, contudo, que, a despeito dos problemas mencionados, entre os moradores há uma percepção positiva da atuação do aglomerado para o desenvolvimento do bairro, o que denota uma divergência de opiniões entre moradores e sua representação. A AMAST possui uma visão do desenvolvimento como um processo que pode dilapidar exatamente as características que tornam o bairro um lugar de valor turístico e cultural: seu patrimônio histórico, seus valores e a cultura local.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou identificar a percepção dos atores ligados ao aglomerado de empresas de turismo localizado no bairro de Santa Teresa, no que se refere ao desenvolvimento gerado em decorrência da atuação deste aglomerado na localidade. Além disso, objetivou verificar a percepção destes mesmos atores em relação à importância dos fatores ligados à localização espacial do aglomerado: o território como espaço de produção de valores culturais e históricos, que poderiam distinguir aquele aglomerado de turismo exatamente por possibilitar a manutenção destas características que são particulares àquele bairro.

Em vista disto, a presente pesquisa utilizou como referência para a análise uma concepção de desenvolvimento local associada ao desenvolvimento global de uma comunidade em seus aspectos econômicos, sociais, culturais, resguardando também suas tradições históricas e seus valores, como assinalam alguns autores apresentados neste artigo, tais como Boisier (2006), Franco (2002) e Cocco; Galvão; Silva (1999), entre outros. Esta visão de desenvolvimento contempla, sobretudo, as necessidades e as características de cada região, não se pretendendo, desta forma, adaptar os critérios de desenvolvimento a padrões estabelecidos a partir da experiência de países desenvolvidos e/ou de outras realidades e culturas.

Neste contexto, verificou-se que os empresários do aglomerado percebem a importância da localização espacial, seja na criação de atributos para as empresas locais em função das características do bairro, seja na geração de vantagens econômicas por meio da cooperação entre as empresas. Entretanto elementos considerados como fundamentais para que a atuação do aglomerado incida favoravelmente para o desenvolvimento do local não são observados em Santa Teresa. Não se observa uma articulação entre os empresários de forma sistemática e cooperativa; não se verifica um diálogo com os moradores e tampouco com as associações, assim como parece não existir relações de cooperação mais estruturadas entre os próprios participantes do aglomerado. Por outro lado, estes empresários percebem seu papel para o desenvolvimento do bairro e a importância do bairro para o seu negócio: isto se reflete na opção pela contratação de mão de obra local, em razão do conhecimento que esta mão de obra possui das características do bairro (o que é fundamental principalmente quando a clientela é composta em sua maioria por turistas de outras nacionalidades). As empresas do aglomerado não atuam como empresas aglomeradas, como se pode verificar a partir das características dos aglomerados descritas na seção 4. Os moradores de região, por sua vez, identificam o impacto do aglomerado para a região somente no que se refere aos aspectos econômicos, em particular na geração de empregos para os moradores do bairro. Cabe destacar, contudo, que a maioria dos atores entrevistados define desenvolvimento como um processo mais abrangente do que somente o crescimento econômico.

Pode-se concluir, a partir destas considerações, que o impacto do aglomerado para o desenvolvimento local se restringe ainda à criação de alternativas para a sobrevivência econômica da região, não se configurando como um agente indutor do desenvolvimento local, para a promoção de melhorias de infraestrutura ou de manutenção do patrimônio artístico cultural local ou, ainda, como promotor de projetos socioculturais nas comunidades do bairro. Pode-se observar também que a geração de renda decorrente da atuação do aglomerado pode ser classificada ainda como muito incipiente, posto que no relato dos moradores a desigualdade social representa um dos problemas mais visíveis do bairro.

É importante atentar para a visão da AMAST, embora esta represente a percepção de uma minoria dos entrevistados, mas que de fato significa um risco decorrente da atuação deste aglomerado, se considerarmos que as ações para minimizar os impactos negativos de sua atuação são inexistentes,

assim como uma parceria moradores/empresários/associações/poder público. Neste sentido, cabe retomar aqui as visões de Dallabrida (2010) e Franco (2002). À luz das considerações de Dallabrida (2010), percebe-se a ausência de uma governança territorial como um dos possíveis fatores que impedem a atuação mais efetiva do aglomerado com vistas ao desenvolvimento local. Some-se a este fator a ausência de um planejamento articulado entre os setores público e privado, como propõe Franco (2002), que estabeleça as ações prioritárias voltadas àquela comunidade. Conclui-se, desta forma, que o desenvolvimento econômico e social local no bairro pode ser descrito como embrionário até o momento. É certo que existe geração de emprego junto à comunidade local, porém, em geral, a mão de obra não é qualificada. Além disso, o bairro carece ainda de muitas melhorias. Não se observa a agregação de benefícios para os indivíduos e as iniciativas empresariais beneficiam os próprios empresários, sem levar em conta as necessidades da comunidade como um todo.

No que tange à percepção do papel do território e das características locais para o aglomerado e para o desenvolvimento local, é possível identificar no discurso dos moradores uma valorização frequente das características do bairro: a peculiaridade de suas construções, a cultura, o ambiente que estimula a presença de artistas e intelectuais, os museus e patrimônios históricos. Os entrevistados de todos os grupos demonstraram perceber a importância destes atributos para o turismo no local e, conseqüentemente, para assegurar o seu desenvolvimento (na percepção destes entrevistados). Há, além disso, uma preocupação com a manutenção destas características, explicitada sobretudo na visão da AMAST, que percebe a atividade do turismo como uma atividade que pode destruir as características locais e a cultura do bairro, gerando um aumento da violência, especulação imobiliária, entre outros impactos negativos. A percepção desta associação reflete de fato um dos maiores riscos da exploração da atividade turística de forma desorganizada e não sustentável, como já ocorreu em outras regiões do país, que é a destruição dos próprios atributos que tornam o local particularmente atraente para a atividade turística. Tal percepção vem corroborar as conclusões da análise de Holanda e Vieira (2003) acerca da contradição existente entre o discurso do desenvolvimento local decorrente de projetos de turismo, em função da frequente finalidade meramente mercantilista observada nestes projetos.

Contudo o que é evidenciado no estudo realizado é a importância do território e das identidades sociais que se formam a partir da proximidade para o desenvolvimento local. Percebe-se, a partir do caso analisado, a existência de um discurso de valorização da cultura local e de preservação das características do bairro, que acabam formando um laço de cooperação e cumplicidade entre os moradores. A mobilização em torno de problemas comuns, a exaltação das qualidades do bairro e de suas particularidades são temas recorrentes nos relatos dos entrevistados e demonstram a dimensão da “apropriação” do território por seus habitantes (DALLABRIDA, 2006). Os fatores que atraem visitantes de várias partes do globo ao bairro são exatamente as características que o tornam mais local, “particularizado”, identificado com seus moradores e por estes resguardado.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade. O novo papel do local. In: Cassiolato, J.E.; LASTRES, M.H.M. (Orgs.) **Globalização e Inovação Localizada**: Experiências de Sistemas Locais no Mercosul. Brasília: IBICT, 1999. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>. Acesso em: 14 JUN. 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 1 v.

BOISIER, Sergio. Desenvolvimento Local. In: **Dicionário Desenvolvimento Regional**. SIEDENBERG (coord.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. O lugar: mundialização e fragmentação. In: **O novo mapa do mundo**: Fim de século e globalização. SANTOS, Milton et al. (Orgs.). 4. ed. São Paulo: 2002.

CASSIOLATO, J.E. LASTRES H.M.M.. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M & MACIEL, M. L. (Orgs.). **Pequena empresa – cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez e SILVA, Mirela Carvalho Pereira da. Desenvolvimento local e espaço público na Teceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: **Empresários e empregos**

nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália. URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez (Org.); tradução: Monié, Frédéric; AGUIAR, Eliana; CAMPOS, Sieni Maria. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COELHO, Franklin. Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito. In: **Desenvolvimento Local:** dinâmicas e estratégias. SILVEIRA, Caio Marcio; REIS, Liliane Costa. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

CORO, Giancarlo. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição. In: **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos:** O caso da Terceira Itália. URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez (Org.); tradução: Monié, Frédéric; AGUIAR, Eliana; CAMPOS, Sieni Maria. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 147-198.

DALLABRIDA, Valdir R. Território. In: **Dicionário Desenvolvimento Regional.** SIEDENBERG (Coord.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DALLABRIDA, Valdir R. Dinâmica do Desenvolvimento Territorial. In: **Dicionário Desenvolvimento Regional.** SIEDENBERG (coord.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DALLABRIDA, Valdir R. Desenvolvimento e Governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 3, set/dez, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural:** recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; DALLABRIDA, Valdir Roque. Nuevo regionalismo y desarrollo territorial en ámbitos periféricos. Aportes y redefiniciones en La perspectiva latinoamericana. In: **Revista Líder.** Vol. 16, Año 12, 2010.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza & Desenvolvimento Local.** Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

HOLANDA, Luciana Araújo; VIEIRA, Marcelo Milano F. Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local. In: Organizações, **Cultura e Desenvolvimento Local:** a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano F. (orgs). Recife: Editora Universitária, UFPE, 2003.

KNOPP, Glauco da Costa. **Cultura e Desenvolvimento Local:** um estudo do programa Bairro-Escola da Cidade de Nova Iguaçu. 2008, 157 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

LA ROVERE, Renata. Estratégias competitivas em sistemas de micro, e pequenas e médias empresas: a importância da gestão de informação. In: **Pequena Empresa:** cooperação e desenvolvimento local. LASTRES, Helena Maria M.; CASSIOLATO José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia (Orgs.). Rio de Janeiro: Relume Dumará

MACKE, Janaína; BIASUZ, Tamiris Sluminski; BORTOLOZZO, Daniela Andretta. Por onde andam os estudos sobre capital social no campo do turismo: uma meta análise. In: **Revista Turismo Visão e Ação**, vol. 14, n. 1, jan-abr 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MATAR, João. **Metodologia Científica na era da informática:** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

OLAVE, Maria Elena Leon; AMATO NETO, João. A formação de redes de clusters em países emergentes: Uma Alternativa para as PMEs no Brasil. In: **Redes entre Organizações.** AMATO NETO, João (org). São Paulo: Editora Atlas, 2005.

PEIXOTO, Fabio da Costa. Identidade local do bairro de Santa Teresa: uma análise de uma “comunidade” na metrópole carioca. In: **XIII Encontro de História ANPUH – Rio**. Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do Pensamento Único a Consciência Universal**. 2. ed. São Paulo. Record, 2000.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: **O novo mapa do mundo: Fim de século e globalização**. SANTOS, Milton et al. (Orgs.). 4.ed. São Paulo: 2002.

SANTOS, Saulo Ribeiro; TEIXEIRA; Maria Gracinda Carvalho. Análise do Plano de Desenvolvimento Turístico do estado do maranhão: Potencialidades e entraves na gestão do pólo turístico. In: **Revista Turismo, Visão e Ação**, v. 11, n. 2, mai/ago, 2009.

SCHMIDTZ, Hubert; NADVI, Khalid. Clustering and Industrialization: Introduction. In: **World Development** 27(9), Sept.1999.

SPERANZA, Juliana Simões. **Desenvolvimento Local Aproximações entre o Banco Mundial e o debate brasileiro: limites ou possibilidades?** 2005. 198 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VERGARA, Sylvia. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2006.

WEGNER, Douglas; SCHMITT, Claudia Lunkes; FOSSÁ, Maria Iveti. A importância da cultura para o sucesso na formação e desenvolvimento de redes empresariais. XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção/ENEGERP. In: **Anais...** Florianópolis, 03 a 05 de nov 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.